

- CXIX -

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Edineide Jezine

Universidade Federal da Paraíba – UFPB/Brasil

Introdução

A presente pesquisa insere-se no campo da análise das políticas de expansão do acesso, iniciadas Pós-LDB (Lei 9.394/96) que favorecem o processo de diversificação e diferenciação institucional do sistema de educação superior brasileiro, ampliando a oferta de vagas no setor privado, que torna-se hegemônico com 75% das matrículas (2015). No conjunto da expansão do sistema o setor público cresce em menor proporção a partir de políticas focalizadas como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Brasileiras (REUNI) e, passa aderir as chamadas políticas de inclusão, que se efetiva como um sistema de reserva de vagas. As chamadas políticas de cotas para negros, indígenas, pessoas com deficiências e advindos de escolas públicas promovem o ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade social, ou seja sujeitos com históricos de exclusão social, e propensos a evasão (NAKAMURA, CASTELO BRANCO e JEZINE, 2013). Nesse sentido, buscaremos analisar as políticas de permanência no âmbito da UFPB, com foco na política de assistência estudantil e as demandas dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Para tanto se realiza o levantamento das políticas que buscam favorecer a permanência com conclusão, de cursos superiores, bem como dos programas de assistência, a fim de entender as ações governamentais e de gestão institucional frente a expansão do acesso associado às políticas de inclusão social, que possibilitaram de forma intensiva o ingresso de estudantes como menor renda, advindos de escola pública, ou seja sujeitos vulneráveis à evasão e a conclusão fora do prazo.

Tomando a perspectiva dos estudos realizados por Zago (2006); Catani; Hey; Gilioli (2006); Felicetti; Morosini (2009) e Castelo Branco; Jezine (2013), identificamos que a discussão e os estudos sobre a categoria **permanência** ainda se encontram em caráter incipiente, instigando a novas investigações que ampliem nossa base teórica e enriqueçam os elementos e dimensões que compõem esta categoria, com identificação de indicadores e/ou fatores que possam encaminhar para as principais dificuldades apontadas pelos alunos em permanecer no sistema de ensino, seja ele na educação básica ou na educação superior, numa tentativa de evitar ou pelo menos antecipar possíveis

riscos ou elementos de interrupção ao ciclo de estudos dos alunos. No que tange a política de assistência o foco de análise sentra-se no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNEAS) que vem sendo administrado e amparado legalmente pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), no caso da UFPB.

Desenvolvimento

O PNAES é um programa executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar e democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão desse tipo de ensino, conseqüentemente reduzir as taxas de retenção e evasão, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação. Contudo deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de ações que deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A PRAPE é subordinada à Administração Superior da Reitoria, foi criada no ano de 2010, por meio da Resolução nº29/2010 do COSUNI, e tem os seguintes órgãos vinculados: Secretaria Executiva e Gabinete, Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante – COAPE e a Superintendência dos Restaurantes Universitários – SRU. Ela se configura frente à UFPB através de serviços oferecidos como restaurantes universitários e residência universitária, auxílio moradia, auxílio alimentação, programa bolsa apoiador, assim como outras ações pontuais como contato com as coordenações de curso, atendimentos profissionais, orientações sociais, atividades socioeducativas, visitas às residências universitárias, e atendimentos especializados de saúde no Centro de Referência e Assistência à Saúde – CRAS/UFPB e tem como função, planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando, sobretudo a sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba.

Macedo (2017) na pesquisa sobre a avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do sistema de cotas na UFPB, busca avaliar o alcance dos objetivos quanto à qualidade da permanência dos cotistas com acesso à assistência estudantil. A UFPB recebe o quantitativo de estudantes que é estabelecido pela Lei de Cotas, mas 35% (trinta e cinco por cento) abandonam os cursos, contudo, não atinge plenamente os objetivos nas categorias de demanda/benefício e gestão de recursos. De modo que a autora conclui que o Programa PNAES, embora tenha sido criado para promover a permanência, não vem cumprindo seus objetivos, em função do aumento do evasão e não conclusão de curso, ou seja não tem gerado permanência.

Conclusão

A pesquisa ao atentar sobre os critérios e metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados com a assistência estudantil pela UFPB, uma vez que, cabe à instituição federal de ensino superior definir tais critérios, e se tem atingido as áreas da assistência numa relação demanda/atendimento, depara-se com a outra face da permanência, a evasão.

A categoria permanência deve, portanto, ser discutida e refletida em um contínuo processo que se inicia no momento do acesso do aluno ao sistema de ensino e que tem seu encerramento quando este conclui seu curso ou ciclo de estudos. Nesse sentido, uma discussão importante precisa ser feita, que contempla a identificação, quantificação e procura de elementos para sanar o complicado problema da **retenção de alunos**, que se encontram no sistema de ensino *ad infinitum* e contribuem para ocultar o insucesso dos sistemas de ensino, que não conseguem garantir uma formação de qualidade, desocupando suas carteiras e abrigando mais e mais pessoas, no sentido de ampliar o acesso em direção a universalização da educação.

Analisar a **permanência** é, portanto, encarar dois grandes problemas: a **evasão/abandono**, com a perda de alunos que se sentem excluídos do sistema; e a **retenção** ou inchamento do sistema de ensino, pelos enormes resíduos de alunos que não conseguem concluir seus cursos ou ciclos, repercutindo em altos custos de um sistema ineficiente e pouco eficaz.

Referências

- BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/269-programas-e-aco-es-1921564125/pnaes-1523843935/12302-plano-nacional-de-assistencia-estudantil-pnaes> Acesso em: 08 de fev.2018.
- CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do acesso às instituições de Ensino Superior? *Educar*, Curitiba: UFPR, n. 28, p. 125-140, 2006.
- FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. *Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009.
- MACEDO, Georgia Dantas. **A Eficácia do Programa de Assistência Estudantil (PNAES) para Permanência dos Ingressantes do Sistema de Cotas na UFPB**. Dissertação de mestrado profissional João Pessoa – PB, 2017.
- NAKAMURA, P. H.; CASTELO BRANCO, U. V.; JEZINE, E. A UFPB nos anos da expansão (2008 a 2012): quantos e quem somos e o que mudou no perfil dos nossos alunos?, **Anais do XXI Seminário Nacional Universitas/Br**: Políticas Públicas para a Educação Superior, Expansão e Internacionalização. São Carlos: UFSCAR, 2013. 18p. (ISSN 21766746).

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica no universitário: condições de saída e de retorno à instituição. 2000. 167 p. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. **Pró- Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – Prape**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/prape/> Acesso em: 08 de fev.2018.

VELOSO, T. C. M. A.; SILVA, M. G.; BERBALDO, T. M. (2011). Expansão no ensino superior noturno em Mato Grosso: um processo democrático? In: SILVA, M. G. M. (Org.). **Políticas educacionais: faces e interfaces da democratização**. Cuiabá: Ed. UFMT, p. 39-68.

ZAGO, Nadir. Do acesso a permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.